

A História Natural e a divulgação pedagógica das classificações da quina no final do XVIII, como parte de um programa ilustrado de produção de conhecimento botânico na América espanhola no *Mercurio Peruano*.[♦]

Natural History and the pedagogical dissemination of cinchona classifications at the end of the 18th century, as part of an illustrated program of botanical knowledge production in Spanish America in *Mercurio Peruano*.

Fernando Torres-Londoño*

Resumo: Na América Hispânica do fim século XVIII, a história natural foi-se tornando um campo de saber acessível a um público que ia além de uns poucos botânicos e médicos, devido à presença de empreendimentos de comunicação como o periódico *Mercurio Peruano*, editado em Lima entre 1790 e 1795. Este artigo mostra que a história natural, como um campo de saber definido por um método fundamentado na observação, na experiência e na produção de nomenclaturas, encontrou em produtos nativos, como a quina, a oportunidade de produzir, a partir da América, descobertas, classificações, procedimentos de manipulação e mercadorias, destinadas a contribuir para a glória da Espanha borbônica. Ao mesmo tempo, e com patriotismo precoce, os jovens do *Mercurio Peruano* colocavam o continente e os homens que aqui se dedicavam à ciência em pé de igualdade com seus colegas da Europa, projetando a possibilidade de um elo de conhecimento que vinculava a “montanha”, Lima e Madri.

Palavras-chave: História Natural, Quina, classificação, *Mercurio Peruano*.

Abstract: In Latin America at the end of the 18th century, natural history had become an accessible field of knowledge for a public that spread beyond a few botanists and physicians, because of the presence of communication enterprises such as the newspaper *Mercurio Peruano*, which was published in Lima

[♦] Este artigo, tal como outro já publicado conjuntamente, deve muito as pesquisas realizadas na decorrência de um mestrado a Sharley Cunha, ao que sou grato por uma parceria que já dura vários anos.

* Licenciado em Filosofia e Letras, com Especialização em História, pela Universidad Javeriana de Bogota. Doutor em História Social pela USP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

between 1790 and 1795. This article shows that, as a field of knowledge defined by a method based on observation, experience, and the production of nomenclatures, natural history found in native products, such as quinine, the opportunity to produce discoveries, classifications, handling procedures, and merchandise from America, which were destined to contribute to the glory of Bourbon's Spain. At the same time, and with precocious patriotism, the young authors of *Mercurio Peruano* placed the continent and the men who here dedicated themselves to science on an equal footing with their colleagues in Europe, projecting the possibility of a link of knowledge connecting “the mountain”, Lima, and Madrid.

Keywords: Natural History, Quinine, Classification, *Mercurio Peruano*.

Apresentação.

No final de 2020 no médio do alastramento da pandemia provocada pelo vírus SARS-COV2, um artigo científico dava conta de uma pesquisa realizada pela universidade de Loja no Equador (PUCHA D, RODRIGUEZ J, REY Y, MACAS M F, AGUINSACA F, 2020) Registrava o texto o aumento de consumo por parte da população local, da casca da árvore *Cinchona Officinalis*, do qual provem a quina e os compostos Hidroxicloroquina y Azitromicina, acreditando-se que era ela eficiente forma de combater os casos de COVID-19. Como sabemos no Brasil, não foi só no Equador que políticos e pessoas de autoridade, familiares, amigos, redes sociais recomendaram a administração de Hidroxicloroquina para fazer frente a epidemia. Gerou-se assim mais um capítulo no longo percurso de atribuição de significados que tem distinguido a planta dos trópicos andinos como capaz de produzir curas milagrosas e tratamentos extraordinários para responder a febres e sintomas de diversas doenças.

Este artigo servindo-se da publicação *Mercurio Peruano* editado em Lima de 1791-1795¹ por um grupo de jovens entusiasmados com os progressos

¹ Os 12 tomos do periódico encontram-se digitalizados no portal da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, com a versão fac-similar publicada em 1964 pela Biblioteca Nacional del Perú (BNP). Em nossas pesquisas, temos utilizado a versão digitalizada dos tomos originais de 1791 a 1795, disponibilizada no site archive.org pela Biblioteca John Carter Brown. A versão digitalizada

da História Natural na sua pátria, localiza a divulgação e difusão dos registros realizados por um programa científico em andamento na segunda metade do século XVIII de classificações de planta feitas por homens de ciência no Peru e na Nueva Granada. Tal programa visava desde o que era entendido como “método científico” da História Natural, afirmado durante o século XVIII, dar conta de espécies que pelas suas propriedades tinha se mostrado eficientes no tratamento de doenças, com destaque para a quina. Esse programa realizado como parte das Expedições Botânicas impulsadas pelos reis da dinastia Bourbon e seus vice-reis ilustrados, visava a localização das espécies, a observação no seu habitat e o registro das condições de reprodução, a coleta de exemplares destinados a jardins botânicos, a constituição de herbários, a elaboração de desenhos detalhados de raízes, troncos, folhas, flores e frutos (CÓRDOVA AGUILAR, 1993, p. 107.) Ele compreendia também a realização de experimentos em diversas condições, o registro e a análise de resultados, que serviriam para postular as classificações da quina, que aumentariam os conhecimentos sobre as propriedades dos diversos espécimes da planta e suas formas de administração e uso para tratamento de diversas doenças. Além de proporcionar critérios para a exploração adequada da planta e sua distribuição no mercado europeu, tal programa colocava os estudiosos e sábios espanhóis em destaque na produção da História Natural no contexto europeu. Por sua vez divulgando experimentos, resultados e classificações entre os ilustrados leitores do periódico, os editores do *Mercúrio Peruano*, esperavam difundir as contribuições nativas entre os contemporâneos que se interessavam pela ciência e as transformações dos novos tempos, reforçando assim identidades e sentimentos patrióticos.

Inserido num amplo leque de debates em relação ao conhecimento tanto no âmbito da história natural como da economia, da geografia, da história e com a preocupação de educar a seus leitores, o periódico *Mercurio Peruano* propicio nas suas páginas um espaço para inúmeras relações intertextuais. Neste artigo entendemos essas relações no sentido de Robert Stam, que numa postura pós-estruturalista aponta para a presença num texto de uma

pode ser encontrada em:
<https://archive.org/search.php?query=creator%3A%22Sociedad+Acad%C3%A9mica+de+Amanes+de+Lima>

“interminável permutação de intertextualidades”. (STAM, 2006, p. 22). A localização dessa intertextualidade nos ajuda a detectar no *Mercurio Peruano* a gradual elaboração da compreensão de conhecimento e de pedagogia. Apontaremos neste artigo algumas dessas relações e seus sentidos.

Apresentamos essas “narrativas de ciência nos trópicos” no final do século XVIII em relação as propriedades e classificações da quina no contexto de uma demanda internacional em cima de uma extração que era vista como importante contribuição para a medicina.

O *Mercurio Peruano*, um projeto de difusão do conhecimento

Em meados de 1780, alguns jovens peruanos e espanhóis interessados pelo saber, pela ciências e por toda a transformação que ocorria na Europa no campo do conhecimento, conhecida como Ilustração, fundariam, na década seguinte, a *Sociedad Académica de Amantes del País, em Lima*. A evolução desse grupo e a simpatia do vice-rei levaram à criação da primeira *sociedad de amigos del país* a centrar seus esforços num periódico. Em 1791, D. Guasque, Rossi y Rubí, Hipólito Unanue e J. M. Egaña fundam, então, o *Mercurio Peruano*, que circulou até 1795.² Acreditavam esses jovens que

[...] el espíritu del siglo es propenso a la ilustración, a la humanidad y la filosofía. La América, que desde muchos tiempos se hallaba poseída de esas mismas ideas, se ha unido insensiblemente en adoptar un medio muy oportuno para transmitir las; este es el de los Periódicos (M.P. I, 1791, f. 308).

O *Mercurio Peruano* foi publicado bissemanalmente em Lima de 1791 a 1795. Reunidos seus 416 números, há 12 volumes, que trazem 586 artigos e somam 3.568 páginas. A variedade dos artigos, impressiona. Pedro Guibovich

² Seguindo os modelos europeus, aparecem, em diversas regiões, o título de “mercurio”. Exemplos: *Mercurio de México* (1739-1742); e *Mercurio Volante*, de José Ignacio Bartolache (1772), destinadas a “llevar [...] noticias a todas las partes, como un mensajero que anda a la ligera” (BARTOLACHE, José Ignacio, 1772, *apud* POUPENEY HART, 2010, p. 13). Justifica-se o nome nos mesmos termos, conforme um dos textos do *Mercurio Peruano*: “[...] siendo Mercurio el Mensajero de los Dioses, y nuestro Papel el que había de llevar las noticias por el Universo, pareció convenirle este nombre” (M.P. XI, 1794, f. 260). Sobre o *Mercurio Peruano* como projeto intelectual *criollo*, ver a dissertação de mestrado de CUNHA, Sharley, 2021, trabalhado orientado por mim e que esta muito presente com sua pesquisa e erudição neste artigo.

Pérez, refletindo sobre a Ilustração e os anseios do grupo reunido em torno do *Mercurio Peruano*, configurou um horizonte das matérias que interessavam aos mercuristas e que estes consignaram num plano apresentado em 13 de fevereiro de 1793: História Antiga, História Civil Moderna, Geografia, História Eclesiástica, Literatura Peruana, Política, Educação Moral, Economia Pública, Agricultura, Comércio, Física, Química, Mineralogia, Botânica, Anatomia, Medicina Prática, História Natural, Belas Letras, Poesia, Notícias Públicas. “Se publicó en el *Mercurio Peruano*, No. 331, 6 de marzo de 1794, ff. 151-158, y No. 332, 9 de marzo de 1794, ff. 159-160” (GUIBOVICH PÉREZ, 2005, p. 54).

Esse programa não ficou apenas no desenho. Jean-Pierre Clément, que produziu a obra-referência para o estudo do *Mercurio Peruano*, contabilizou que a matéria Conhecimento do País (geografia e história) contou com 84% dos artigos; Ciência (medicina, história natural, física e química), 25,51%; Economia (comércio, mineração, economia política, finanças e técnica), 14,53%; Informações Práticas (meteorologia, impostos), 10,85%; Belas Artes, Letras e Atualidade Política, 15,27%. O *Mercurio Peruano* como espaço de difusão de um amplo leque de conhecimentos expressou, assim, a influência promovida pela ilustração espanhola sobre a elite intelectual da Espanha e América, que, com o advento dos Bourbon, trouxe um intenso fluxo de ideias e transformações.³

A plasticidade do periódico para admitir esse fluxo enorme de temas e informações, nos permite pensar no que as reflexões atuais sobre a recepção dos textos compreendendo eles como eventos, apontam que estes se realizam quando são lidos o repercutidos. No caso do *Mercurio Peruano* como veículo eles teriam um percurso de recepção onde participariam os editores, os leitores que se pronunciavam e novamente os editores que introduziam artigos que dialogavam, no sentido de Bakhtin, configurando de fato uma performance que construía diversos sentidos. (STAM, 2006, P. 25).

Na contagem de Clément, vemos que *conocimiento del país* teve maior presença. Para este artigo, interessam as “ciências”, rubrica na qual se incluíam a história natural, a medicina, a botânica ou a química, disciplinas a partir das

³ “La nueva dinastía comprensiblemente favoreció la renovación material, social y cultural de la nación española mediante la importación de libros y el establecimiento de nuevas instituciones, tales como las academias y las sociedades económicas” (GUIBOVICH PÉREZ, 2005, p. 48).

quais o *Mercurio Peruano* abordou a quina, que nos permite entender o tipo de história natural praticado pelo jornal e a performance textual que foi gerada.

A difusão da história natural e o método que “trouxe a luz” para o mundo vegetal

As diversas ideias contidas no *Mercurio Peruano* estiveram em diálogo com a mudança do entendimento sobre a produção de conhecimento no decorrer do século XVIII. Uma das grandes áreas do saber radicalmente afetadas pelas mudanças foi a do conhecimento do chamado mundo natural. Essa concepção aparece no periódico quando os mercuristas exaltam as diversas regiões com sua variedade de climas e também plantas propriamente peruanas – como a coca, quina, tabaco – e sua possibilidade de exploração econômica como alternativa à mineração, que tinha marcado o Peru dos séculos XVI e XVII. Esse interesse pelo mundo natural também está presente no periódico nas muitas descrições das províncias do vice-reinado e nos relatos dos missionários que estavam em avanço sobre a selva; neles, os redatores do periódico detalham os recursos botânicos, zoológicos e geológicos do território. Alguns desses recursos botânicos, como veremos daqui a pouco, mereceram artigos específicos. Transparece no periódico, ainda, um esforço por trazer produções científicas que dão conta de assuntos dos debates da ciência botânica do momento como o das classificações.

Na segunda metade do século XVIII, tanto na Europa quanto na América, ocorreu um entusiasmo pela botânica e pela história natural. Lineu publicava suas nomenclaturas botânicas em 1735, ampliada para os três reinos da natureza em 1758, passando estas a ser referência para classificar plantas em todos os continentes. Produziu-se também uma “erupção em cadeia” de jardins botânicos, que passaram a ser os lugares de referência para o estudo de cultura de plantas – muitas delas, desconhecidas. Diversos jardins botânicos foram, então, inaugurados; Clément comenta que, apenas na França, foram 72. A Coroa Espanhola seguiu o ritmo, comprando o gabinete de história natural de Pedro Franco Dávila, instalado em Paris, fazendo uma exposição ao público em 1776. Em 1781, é aberto o novo jardim botânico em Madri. Na América, eles são

fundados no México (1788), Manila (1792), e são abertos um gabinete de história natural na Guatemala (1788) e um observatório astronômico em Bogotá (1792). Em Lima, sob observação de Francisco González Laguna e Juan Tafalla, ambos assinantes do *Mercurio Peruano*, é instalado, em 1791, o *Jardín Botánico* na capital do vice-reino (CLÉMENT, 1997, p. 116).

Ainda, durante o século XVIII, a América do Sul recebeu a Expedição Geodésica sob coordenação francesa, da qual participou La Condamine, e a expedição ao Pacífico Sul. Elas desdobraram-se em outros projetos patrocinados pelos vice-reis com o apoio de Madri, no intuito de demarcar territórios e “investigar los posibles usos medicinales y comerciales de la vegetación tropical” (NIETO OLARTE, 2003, p. 418). Para o Peru, e em particular para os jovens mercuristas, foi de grande impacto a expedição de Hipólito Ruiz, José Antonio Pavón e Joseph Dombey, que teve como uma de suas grandes produções a redação da *Flora Peruana* e que se desdobrou no estabelecimento de um jardim botânico em Lima.

Esses empreendimentos científicos que devassaram o império espanhol na América do Sul, de Nueva Granada ao Chile, foram resultado de fatores políticos, como a delimitação de fronteiras e o controle da expansão de outras potências imperiais; e de fatores econômicos, como o aumento do comércio, a contenção do contrabando, a exploração de novos recursos naturais demográficos e o desenvolvimento da cartografia (PUIG-SAMPER, 2011, p. 20). Influenciados pela Ilustração francesa, os espanhóis perceberam que a base para o sucesso econômico do Império era a exploração mais eficiente das riquezas naturais de suas colônias. Para isso, era preciso adquirir conhecimentos científicos específicos, com os olhos voltados para a apropriação por meio do “conhecer cognitivamente a natureza”,⁴ e aplicar isso às colônias. A esses conhecimentos científicos, era possível ascender através do que se formulava com a expressão ampla de história natural, que, na metade do XVIII, ganhou uma nova compreensão.

⁴ A formulação de “cognição da natureza” segue a linha da pesquisadora Flávia Preto de Godoy Oliveira (2014). Para ela, desde o primeiro século da colonização, “a experiência foi um dos meios pelo quais se produziu um saber sobre o mundo natural americano, no entanto, outros saberes foram fundamentais para cognição da natureza das Índias Ocidentais. A ênfase na busca pela empiria ou por traços que conectem as obras e ações ibéricas à Revolução Científica pode conduzir o pesquisador a desconsiderar outros aspectos que eram pertinentes no processo de apreensão da natureza americana” (OLIVEIRA, 2014, p. 232).

Buscamos nas reflexões de Michel Foucault uma compreensão das mudanças pelas quais passou a história natural na segunda metade do século XVIII e os novos significados que ganhou esse âmbito do conhecimento. Segundo Foucault, a nova compreensão sobre história natural colocou-a como um espaço aberto na representação, por uma análise que se antecipa às possibilidades de nomear e de ver o que se tem e que também passa a poder ser descrito (FOUCAULT, 2016, p. 174). No fim da Idade Clássica, arquivos e bibliotecas organizados a partir de catálogos, repertórios e inventários representaram “uma forma de introduzir na linguagem já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos” (FOUCAULT, 2016, p. 162). Foucault, propõe que a história natural, na segunda metade do século XVIII, deve ser pensada a partir da categorização taxonômica e da prática discursiva. O saber sobre a natureza teria passado a buscar por experiências, observações e leis que poderiam organizar o domínio mais complexo, mais vizinho dos seres vivos. Assim, a partir de Lineu, toda a natureza podia entrar nos registros taxonômicos (FOUCAULT, 2016, p. 172-173).

No Vice-Reino do Peru, o entusiasmo entre os jovens estudiosos em relação à ciência que vinha de Europa e o desejo de difundi-la, trazendo sua “luz”, foi consignada de forma categórica em 1791, ao registrar—se no *Mercurio* que “nació Linneo y brilló entonces la claridad del día en todo el vasto y admirable Imperio de los vegetales” (M.P. II, 1791, f. 81). Tal interesse com as novidades da ciência levou também o *Mercurio* a publicar em 1793, nas suas páginas, a nomenclatura química apresentada anos atrás por Lavoisier na França (M.P. IX, 1793, f. 218-232, 234-241, 243-264). O encantamento com os métodos de conhecimento que renovavam a história natural encontrou um seguidor em Hipólito Unanue, médico e um dos fundadores e maiores animadores do *Mercurio Peruano*. Em 1791, Unanue publica, no *Mercurio*, “Introducción a la descripción científica de las Plantas del Perú”. O projeto era inventariar, progressivamente, as plantas que estavam sendo localizadas e classificadas desde a expedição de Ruiz e Pavón – registro botânico que mantinha sua continuidade com as coletas e classificações de Juan Tafaya, botânico do qual o *Mercurio* destacou sua definição de botânica. Para ele, a

botânica seria aquela “parte de la Historia Natural, que enseña a distinguir por señales claras y características unas plantas de otras, da a cada una el nombre que le corresponde, y la grava en la memoria” (M.P. II, 1791, f. 69). Definição enxuta, que dava conta do entendimento daquele campo depois de Lineu, a partir da aplicação de características que podiam estabelecer classificações e distinções.

Segundo Unanue, os estudiosos que se tinham ocupado de estudar as plantas do Peru antes de difusão da obra de Lineu careceram de rigor científico, porque não tinham um “método para ordenar sus colecciones se veían reducidas a hacerlas cortas para no formar un caos” (MP. II, 1791, f. 72). Para Unanue, com o conhecimento do método do exame do aparelho reprodutivo das plantas, seria possível “recorrer con un ojo especulativo y exacto” e conhecer as numerosas espécies tanto da parte povoada do Peru quanto das montanhas dos Andes, onde se escondia “aquel rico tesoro de la Naturaleza” (MP. II, 1791, f. 72). Unanue esperava que os trabalhos iniciados por Pavón e Ruiz e continuados por Tafaya e outros impulsionariam o aprofundamento no conhecimento da botânica do vice-reino, que, por sua vez, devia estabelecer “un giro perpetuo entre las montañas, Lima, y el Jardín de Madrid” (M.P. II, 1791, f. 74-75).

Unanue formulava, assim, o estabelecimento de uma rede de comunicação científica da “montanha” com Madri, via Lima – quer dizer, através da intelectualidade limenha que o *Mercurio Peruano* representava. Mas não era só isso, ao fazer nas suas páginas uma “orquestração” do método da botânica o do que a implementação dele “na montanha” podia produzir em direção a Madrid, dando espaço para os textos dos homens de ciência que aqui estavam, o *Mercurio Peruano* estaria permitindo um hibridismo, em termos de Bakhtin, (STAM, 2006, P. 23) do que estava apresentando a seus leitores no intuito de pedagogicamente formar eles.

Na opinião de Clément, os mercuristas privilegiavam a botânica porque ela oferecia à agricultura “fuertes posibilidades de desarrollo, como lo exponen en una serie de textos destinados a fomentar el cultivo del tabaco, de la coca, de los cedros etc” (CLÉMENT, 1997, p. 129). Assim, Unanue acreditava que “la agricultura podrá mejorarse con las luces que vamos a esparcir sobre ella, y salir del miserable abandono en que se halla” (M.P. II, 1791, f. 83). Esse diálogo entre

botânica, classificação e agricultura materializou-se na presença de extensos artigos e diversas menções à quina, ao tabaco e à coca, revelando o caráter de aplicação prática da história natural e da botânica, que deveria traduzir conhecimento em produção, comércio e enriquecimento do vice-reino. Sobre a quina, deter-nos-emos na parte central deste nosso texto.

Em termos de potencialidades pedagógicas em relação à história natural, para o *Mercurio Peruano*, configuravam-se três tipos de práticas e abordagens nas quais era exercido o ato de educar seu público leitor. A primeira seria a de introduzir, apresentar e divulgar. Seu objetivo era chamar a atenção, alertar, destacar e fazer propaganda, difundindo de forma ampla. Em termos de pedagogia da história natural, o *Mercurio Peruano* assinalava, nesses artigos de “divulgação”, um pouco além do óbvio, pulava explicações técnicas e partia para exaltações, aplicações e indicações das possibilidades de riqueza da matéria tratada. Esses artigos podiam ser realizados pelos polivalentes redatores do periódico, que encaravam “qualquer tema” e o tornavam mais palatável ao leitor.⁵

O segundo tipo de prática pedagógica era mais profundo, mais técnico, mais descritivo – e se materializava em artigos centrados na descrição de métodos, de operações de análises e, finalmente, de resultados. Como veremos a seguir com a quina, era, em termos práticos, a edição de um protocolo de manipulação marcado pelo registro de passos e atividades a serem realizadas. Nesse tipo de prática – e as matérias sobre a quina são exemplares –, o interesse fundamental era *dar a conhecer o conhecimento*, mesmo que muitos não entendessem. Digamos que se educava trazendo o objeto com todas suas particularidades, por se acreditar que, ao se publicar um texto científico, já se participava, de alguma forma, da produção do conhecimento – caso, por exemplo, da já mencionada nomenclatura química de Lavoisier. Esse tipo de matéria era de autoria de especialistas em textos de que, em grande parte, o

⁵ Sobre a síntese do pesquisador, Salinas Fortes, ao referir-se aos iluministas europeus, instigamos a ver o papel que pretendiam esses intelectuais ilustrados: “O sonho destes intelectuais ‘engajados’ é intervir nos acontecimentos e desenvolver uma intensa atividade pedagógica e civilizatória. ‘Servi-vos de vosso espírito – diz por exemplo [sic] Voltaire em carta a Helvetius – para esclarecer o gênero humano’. Graças à atuação destes verdadeiros propagandistas e agitadores da nova fé amplia-se o círculo de pessoas que leem, constitui-se um público cultivado e se organiza o espaço de uma verdadeira ‘opinião pública’ (FORTES, 1999, p. 27 *apud* SANTANA, 2018, p. 70).

Mercurio Peruano se apropriava, fossem de outro âmbito de produção, fossem os que já tinham circulado por algum outro meio.

Como veremos também daqui a pouco, o terceiro tipo de prática pedagógica que o *Mercurio Peruano* exercia ao publicar textos “científicos” que remetiam a autores de referência, era o de participar de debates ou controvérsias em assuntos relevantes do conhecimento científico. Um deles seria o das classificações das espécies de plantas nativas, por parte dos botânicos e científicos que as realizavam.

O *Mercurio Peruano* ao permitir que se configuraram nas suas páginas a apresentação de conhecimentos, a descrição de procedimentos e métodos e ao propiciar as controvérsias, possibilitava, o que podemos hoje identificar como performances discursivas (STAM, 2006, p. 26) que apontavam para diferentes interlocuções através das quais os editores pretendiam educar seu público.

Ao trazer esses textos o periódico entregava para seus leitores as “descobertas” mais recentes, algumas delas ainda controversas, o que fazia com que, pedagogicamente, os leitores sentissem que, graças à produção e divulgação da história natural, Lima e os homens de ciência locais se ligavam à produção do conhecimento realizada em Madri, Paris e nas demais academias europeias.

As classificações da quina: distinguir e conhecer para utilizar melhor

A admiração que os mercuristas expressavam pela história natural pode ser revelada tanto na sua retórica quanto nas suas práticas, nas diversas formas de presença da quina entre os artigos do periódico. A quina, nesse final do século XVIII, era a base de fármacos que, graças ao avanço da botânica e da química na segunda metade do século XVIII, passavam a ser enxergados como uma promessa curativa a ser aproveitada pela medicina. A quina também abria possibilidades discursivas para que médicos e botânicos se pronunciassem frente ao avanço dos projetos de classificação de plantas e para o debate que os favoráveis à quina ou seus detratores travavam em artigos e textos, apresentados a associações e academias de ciência. Essa notoriedade da quina

alcançou o *Mercurio Peruano*, que não se furtou a contribuir, trazendo posições para o debate e publicando os resultados dos estudos em curso. Dessa maneira, o periódico participava de uma circularidade discursiva configurada pela botânica, medicina e química do momento e de uma expectativa econômica que poderia trazer a comercialização das espécies de quina na Europa.

A “casca”, que, no século XVII, era chamada *cascarilla* e que, desde tempos pré-hispânicos, era utilizada em diversas formas de tratamento para febres pelos habitantes nativos, tinha-se difundido entre as boticas espanholas no século XVII (HUAMÁN; ALBÁN; CHILQUILLO, 2019). Era atribuída ao pó da cortiça da *cascarilla*, em 1631, a cura da condessa de Chinchón, de onde supostamente viria o nome que a popularizou e que depois se difundiu, para a corruptela de *chinchona*.⁶ O cronista Calancha a menciona na sua *Crónica* de 1633. Em 1632, Alonso Messía Venegas, padre jesuíta, leva-a a Roma, e outros padres a utilizam nas suas boticas. O cientista e viajante-filósofo De La Condamine a conheceu em Loja, em 1737; além disso, colheu algumas amostras e se informou com o dono do lugar onde eram encontradas as plantas e suas variedades conhecidas: *anaranjada, amarilla y roja*. Com essa informação, La Condamine, em 1738, apresentaria um informe sobre ela ante a Academia de Medicina da França. Por sua vez, Carlos Lineu tê-la-ia classificado em 1739 como *Cinchona officinalis*, incluindo-a na sua *Genera Plantarum*, de 1742, e depois na sua *Species Plantarum*, de 1753. O *Dicionário de Matéria Médica* impresso em Paris em 1773 incluiu, entre seus verbetes, um sobre a quinquina (RUIZ, 1792, p. 3).

Em todos esses registros, seja na “lenda” da condessa de Chinchon ou as efetivas menções de Polo de Emengardo e Calancha, a origem indígena é uma simples anedota, a que nunca lhe foi conferido um valor em termos de conhecimento das plantas, de seu habitat e das propriedades curativas de suas raízes, troncos, folhas, flores, sementes. Por sua vez De La Condamine, nos seus registros e no seu artigo para Academia francesa, também não conferiu nenhum

⁶ O médico mexicano Francisco Medina Rodríguez, numa “carta al director” de uma revista médica, esclarece, com erudição, o que seria a lenda da cura da condessa de Chinchón, apontando para diferentes caminhos da difusão da *cascarilla* na Europa desde o século XVII e inclinando-se a explicar que a difusão se deveria a uma visita do procurador da província jesuítica do Peru, padre Alonso Messía Venegas em 1632 e que cronistas coloniais contemporâneos, como o agostiniano Calancha e o jesuíta Polo de Emengardo também a mencionavam (MEDINA RODRÍGUEZ, 2007, p. 196).

valor às práticas de extração ou uso que observou em Loja (atual Equador), as que só mencionou para criticar elas como incorretas. Esse silenciamento também estará presente nos textos dos botânicos espanhóis que chegavam até o Mercurio Peruano e que este publicava. A continuidade do silêncio respeito à origem nativa dos conhecimentos curativos evitou que estes foram referências nas intertextualidades que marcaram a presença da quina no Mercurio Peruano.

As expedições botânicas ao Peru e a Nueva Granada, nos anos 1770 e 1780 e suas derivações nos anos 1790 representaram um projeto de conhecer, de forma sistemática, climas, regiões e flora de América do Sul – até então, descritas de forma incompleta, ou nos moldes das histórias naturais do século XVI.

Chefiadas por botânicos e improvisando equipes de pintores e coletores nos lugares em que atuavam as expedições, recolhiam elas inúmeros espécimes de plantas, desenhavam-nas do natural, registravam os lugares e meios onde tinham sido localizadas e outras espécies associadas.⁷ Montavam-se coleções, e boa parte delas era enviada ao Jardim Botânico de Madri. Para se ter uma ideia do que era enviado, Hipólito Ruiz listou a remessa de produtos naturais que tinha sido mandada à Espanha e que foi perdida no naufrágio do navio San Pedro de Alcántara nas costas de Portugal em fevereiro de 1786: “36 macetas de plantas vivas, y 54 cajones con 800 dibujos, esqueletos de plantas, semillas, resinas, bálsamos, minerales, piedras, conchas, aves, peces, y animales disecados y muchas curiosidades antiguas de los indios gentiles” (RUIZ, 1792, sem página).

A carga botânica e zoológica do navio perdido apontava para o conhecimento que dele se derivaria e para sua futura transformação em mercadorias que fariam a glória da Espanha borbônica. Havia plantas vivas e sementes do trópico para fazer processos de adaptação ao clima de estações, esqueletos e desenhos para aperfeiçoar as classificações existentes e para dar a conhecer outras e apontar para suas características e possibilidades de uso. Assim, a metrópole, por meio de seus aparelhos de conhecimento do mundo

⁷ A Expedição Botânica (1783) a Nueva Granada foi chefiada por José Celestino Mutis. No final do século, destacar-se-ia nela a figura de Francisco José de Caldas.

natural, tinha então as condições de tirar outras riquezas da América que não o ouro e prata, extraídos nos séculos anteriores.

Desde os anos 1770, a Expedição Botânica a Nueva Granada dirigida por José Celestino Mutis, um discípulo de Lineu nas terras americanas, acatando as instruções reais de atender a todo o que tivesse a ver com a “quina e a canela”, tinha localizado e identificado exemplares de quina. Em 1778, Mutis enviou para a Real Sociedad de Medicina de Paris relatório sobre as espécies encontradas e o incluiu nas suas *Memórias* de 1779 (RUIZ, 1792, p. 72). Por sua vez, nos anos 1780, Pavón e Hipólito Ruiz, no Peru, seguiram os rastros das *cascarillas*. Além das que se encontravam em Loja, na presidência de Quito, localizadas perto da cidade de Huánuco, constataram a existência de outras espécies que deveriam ser confirmadas e descritas, o que ampliava a geografia da quina além de Loja (onde tinham sido conhecidas por La Condamine) e da Nueva Granada. (RUIZ, 1792, p. 8). Embora, nos livros e na correspondência, cada grupo de estudiosos reconhecesse os trabalhos dos outros e cita-se seus textos apontado para uma fluência das informações mesmo com as limitações da época, pode ser percebido um clima de concorrência de quem responderia melhor à solicitação real de melhorar o ramo da quina e, ao mesmo tempo, contribuir com as classificações que circulavam nos meios de estudiosos da Europa e com os debates dos médicos sobre as propriedades curativas da planta.

Nessa concorrência, há dois panos de fundo. Primeiramente, na Espanha, diversas cascas estavam sendo comercializadas nas boticas como quina, e médicos e pacientes se queixavam de que a *chinchona* não era tudo aquilo que se dizia dela. Esse pano de fundo está evidenciado na “Carta apologética de la quina o cascarilla”, do doutor Pedro Nolasco Crespo, publicado no número 261 do M.P., de 7 de julho de 1793 – e que foi concluída no número seguinte. Nela, o médico respondia àqueles que, na Espanha, estavam a falar mal da *cascarilla*, pois ela não teria as virtudes que tinham sido “tão propaladas”. Nolasco Crespo explicava que essa descrença se devia ao fato de que, nas boticas do reino, o que se vendia como *chinchona* estaria, em muitos casos, longe de ser *cascarilla*. Explicava isso na dificuldade de distinguir as árvores e no espírito ganancioso de comerciantes, que enviavam para a Espanha cortiças das quais não se tinha certeza que eram *cascarilla*. Também explicava

que existiam diversos tipos de plantas de *cascarilla*, cada qual com propriedades diferentes e que, além disso, se exigia uma medida certa. Seu texto era de fato uma “apologia”, que, sem se aprofundar, defendia as virtudes curativas da quina e responsabilizava comerciantes “deshonestos” e a ignorância a respeito as espécies de *cascarilla* pela falta de confiança nos tratamentos de diversas doenças.

O segundo pano de fundo era que Lineu havia classificado a *Cinchona officinalis* em cima do desenho divulgado por La Condamine, de uns “esqueletos” das plantas que pegou em Loja, além das informações que o francês verificou com seus informantes. Tudo isso, visto à luz das coleções colhidas em diversas partes da Nueva Granada e do Peru pelas Expedições Botânicas dos anos 1770, 1780 e 1790 e remetidas ao Jardim Botânico de Madri, aparecia como vácuos a serem preenchidos e equívocos a serem apontados.

As inconsistências em torno da classificação de *Cinchona officinalis* criaram a necessidade de conferir com a autoridade da botânica uma identificação clara da planta nos climas e lugares onde era localizada. Também, sua comercialização e presença nas boticas exigia o estabelecimento de diferenças e propriedades que foram além da distinção que tinha divulgado La Condamine dos nomes dados pelos camponeses: *anaranjada*, *amarilla y roja*, pois não eram todas as quinas que serviam para o tratamento das mesmas doenças.⁸ Finalmente, a partir do registro atento de experiências, deveriam ser estabelecidas as receitas para suas diversas formas de presenças nas farmácias do reino.

Dessa forma, abriu-se para os botânicos das Américas um espaço de coleta e descrição das diversas variedades e propriedades de cada quina, ao mesmo tempo que boticários e médicos esperavam padronização das manipulações farmacológicas e o estabelecimento da administração médica de cada uma. A quina e suas propaladas virtudes curativas para muitos males abria uma oportunidade para o exercício das novas práticas e aplicações da história natural que se renovava no século XVIII e que encontrava nos climas tropicais e subtropicais dos Andes um vasto laboratório.

⁸ Das espécies que hoje se conhecem de quina (23 para alguns, 40 para outros), sabemos que, por ser parecida na sua morfologia, a *Cinchona officinalis* foi confundida com a *C. capuli*, a *C. lancifolia* e a *C. macrocalyx* (HUAMÁN; ALBÁN; CHILQUILLO, 2019).

A partir desse entusiasmo, em 1792, Hipólito Ruiz López reuniu, num “librito”, segundo suas palavras, o resultado de suas coletas de *cascarilla* e observações durante seus 11 anos de estadia no Peru chefiando a Expedição Botânica enviada pelo rei. O livro teve por título *Quinología o tratado del árbol de la quina o cascarilla con su descripción y de otras especies de quinos nuevamente descubiertas en el Perú*. O tratado fazia gala de erudição botânica em respeito à quina e trazia também as contribuições de outros autores ao conhecimento botânico, químico e de administração médica da quina – entre eles, José Celestino Mutis. Ruiz López resumiu e transcreveu parte de uma *Instrucción* manuscrita e inédita, na qual Mutis tratava das virtudes das espécies das quinas *amarilla, roja, anaranjada y blanca* e que confirmava o tratado.⁹

No final da introdução, Ruiz López mencionou também a obra recém-publicada de Luís Tomas de Salazar, *Tratado del Uso de la Quina*, publicado em Madri em 1791 e que, por estar já escrito seu texto, como explica na introdução, não teria conseguido incluir no estudo (RUIZ, 1792, introdução, sem página). Denota, assim, o autor um esmero por mostrar a atualização da produção dos estudiosos contemporâneos sobre a quina e mostrar as conexões, coincidências e contribuições de seu trabalho, apontando para a circularidade entre os estudiosos da quina das coletas, descrições e classificações da planta que enriqueciam o que se sabia dela.

O tratado mostrava uma preocupação com a descrição dos bosques onde se fazia presente a *cascarilla*, o que teria acontecido com eles pela coleta indiscriminada e ocupava-se também da coleta das cortiças, suas estocagens, envio à Europa e comercialização da *cascarilla* ali (RUIZ, 1792, p. 27). Além disso, ponderava os usos por médicos e cirurgiões do vegetal por ser: febrífugo, antipútrido, estomático, digestivo, tônico, confortante, supurativo, absorvente e antiespasmódico (RUIZ, 1792, p. 39). Ruiz López fazia, ainda, uma detalhada descrição morfológica das plantas de quina e também do *quino quino*, que seria

⁹ Os conhecimentos desenvolvidos por José Celestino Mutis (1732-1808) em relação à quina foram reunidos no seu livro *O Arcano de la Quina*, onde se encontra parte do que tinha pesquisado e divulgado em diversos textos. O livro foi publicado apenas em 1828, quando passava já a tempestade da Independência da América, que, entre muitas calamidades, tinha acabado com a vida do mais notório discípulo de Mutis, Francisco José de Caldas (1768-1816), fuzilado pelas tropas de ocupação espanhola que realizavam a reconquista de Nueva Granada.

diferente, tendo outras propriedades e usos ainda por conhecer, razão pela qual suas primeiras observações foram colocadas como apêndices no final do livro (RUIZ, 1792, p. 97).

Finalmente, Ruiz López ocupava-se de tratar da morfologia e particularidades de sete espécies de quina, mencionando também outras três que não estudou suficientemente. Fez questão de distinguir cada uma delas seguindo uma das linhas mestras do tratado: não se devia mesclar as diferentes quinas, acreditando-se erroneamente que a mistura ficaria mais eficiente e ampliaria o leque dos tratamentos (RUIZ, 1792, p. 45; 51). Para Ruiz Lopez, foi a falta de conhecimento de cada espécie e suas características próprias que trouxeram a administração errada do remédio e a desconfiança entre meios médicos de suas grandes virtudes curativas (RUIZ, 1792, p. 40-42). Sem condições de ter feito a parte de experiências com cada quina, incorporou o autor as análises feitas por Pedro Gutiérrez Bueno, um de seus assistentes (RUIZ, 1792, p. 93).

Ao se ocupar da localização geográfica, da botânica, dos usos médicos das sete espécies da quina e de seu cultivo, formas de envio ao reino e comercialização ali, o tratado de Ruiz López representava um exemplo do entendimento dado à aplicação da história natural em relação à quina. O tratado, assim, mostrava como o interesse pela história natural presente nas expedições botânicas, além de suas preocupações com reconhecimento de regiões, classificação e estudo de plantas nativas, estendia-se à exploração econômica de espécies, apontando para seu melhor aproveitamento e sua circulação como mercadorias no reino e na Europa.

O M.P. aproveitou essa oportunidade que o interesse pela quina suscitava fazendo uma contribuição com a história natural, publicando o texto “Observaciones y Conocimiento de la Quina debidos al Dr. Don José Celestino Mutis” no seu número 698, incluído no volume XII, p. 211. de 1795. Ao contrário da carta de Nolasco Crespo, que era um texto de divulgação, as “Observaciones” visavam, a partir de um repertório médico, elucidar as confusões em relação à quina, produzidas, em grande parte, pela ignorância e repetição do erro. Ali, a prática da história natural revelava sua preeminência como conhecimento e sua

utilidade na diferenciação das espécies de uma planta do Novo Mundo que se entendia como uma das maiores contribuições para a medicina de seu tempo.¹⁰

O artigo, que em grande parte do texto é um pormenorizado relatório de operações de transformação da *cascarilla*, divulgava o estágio de conhecimento sobre a quina a partir das coletas, observações, análise, classificações, descrições e propriedades feitas pelo diretor da Expedição Botânica na Nueva Granada, José Celestino Mutis, que tinha sido incumbido pelo rei de estudar a curativa planta americana.

O artigo, que não tem autoria em nenhum lugar e deve ter sido da lavra de algum dos editores do *Mercurio Peruano*, recolhe o conhecimento botânico e a prática médica de Mutis, que, em alguns momentos, aparece em primeira pessoa, mencionando o que ele fez ou costuma fazer de um ou outro jeito; e, em outros momentos, é referido em terceira pessoa pelo narrador ou editor apontando para a intertextualidade comum no periódico. Temos a impressão que neste deslocamento do “informe” ou “memorando” de Mutis, para as páginas do *Mercurio Peruano* ocorre aqui, não o desaparecimento do autor, mais aquilo que Stam aponta quando nem um texto nem seu autor conseguem manter a “autoridade legal” sobre as possibilidades de ramificações. (STAM, 2006, P. 22).

O texto está construído a partir da descrição das quatro espécies de quina e de suas propriedades. Como menciona Mutis no título e na introdução, descrições e observações, devem ter sido as informações tomadas de algum texto de Mutis, como a *Instrucción* que foi mencionada por Ruiz López no seu tratado. Assim, o artigo embora “pule” uma descrição botânica da quina, que se esperaria num trabalho de Mutis, parece ser um detalhado resumo de um informe do mesmo, descrevendo as experiências e observações realizadas para distinguir as características e propriedades medicinais de cada espécie. Como no tratado de Ruiz López, há aqui uma erudição médica, citando autores ou se referindo a explicações das doenças em cima da doutrina galênica dos humores,

¹⁰ A fama das virtudes curativas da quina para reduzir as febres e calafrios e o uso para o tratamento da malária têm atravessado séculos desde o XVII, chegando até o XXI, permeados de admiração polêmica tanto no passado quanto no presente, haja vista a já mencionado aqui a alta demanda por *Cinchona officinalis* na província de Loja durante a pandemia de Covid-19 (PUCHA-COFREP *et al.*, 2020, p. 162).

ou do funcionamento dos nervos no corpo. Tudo isso para construir uma posição de pertinência e propriedade em relação aos argumentos levantados

Depois de exaltar a Mutis, o artigo diz que este, nas suas buscas, identificou sete espécies de quina, mas que estudou em detalhe quatro tipos de *Cinchona officinalis*: “*anaranjada, roja, amarilla y blanca*”. O artigo organiza-se a partir dos quatro tipos, descrevendo, para cada um deles, sua estrutura. A seguir, descreve sua aparência, gosto e características, além de sua propriedade mais importante, espuma ao ser fervida, virtudes de cada espécie e doenças que podiam ser tratadas.

O tópico “Carácter distintivo y general de las varias especies de quina oficial” abre-se afirmando que a botânica demonstra que a distinção de quatro espécies *oficinales* de quina com características diferentes e peculiares a cada uma é uma evidência que “*teniendo cada especie caracteres o cualidades distintas, produzcan virtudes diferentes, pues los efectos siempre son respectivos a las causas que los producen*” (M.P. XII, 1795, f. 214). Assim, “*cada especie de quina tiene su color propio de un cierto jugo que la tiñe y se halla depositado en abundancia y cuajado entre las fibras leñosas de las cortezas*” (M.P. XII, 1795, f. 215). “*Todas las cortezas mascadas dejan un amargo*” (*ibidem*). Finalmente, afirma-se que “*de la combinación de caracteres suministrados por la vista y el gusto, en cada especie, debe resultar la distinción por principios más seguros, que los empleados hasta el presente*” (*ibidem*). Dentro dos sentidos utilizados, o olfato não entra nessa descrição de *caracteres*.

Feita essa afirmação, é aberto um outro ponto: características particulares de cada espécie, das quais 12 são examinadas. Estas podem ser resumidas no exame da cortiça sob a “lente”; a cor de seu pó; as mudanças de cor a ser molhada com água fria ou fervida; suas espumas; texturas e sedimentos; e sua densidade ao ser fervida ou estar fria. Por último, o sabor quando mascada e efeitos na saliva e na boca. Assim, da quina *anaranjada*, é dito que “*reducida a polvo no pierde su color antes lo aumenta*” (M.P. XII, 1795, f. 216) e também que a “*misma infusión añadidas dos onzas de agua, puesta al fuego hasta romper el hervor , a las 24 horas da uma tintura más cargada*” (*ibidem*). Da quina *roja*, registra-se que sua cortiça é bem seca por dentro e que

“presenta su cara interior de color rojizo” (M.P. XII, 1795, f. 217), sendo que “después del cocimiento dá una tintura más cargada sin espuma, más encendida de color sangre” (*ibidem*). Na boca, causa un “fruncimiento con aspereza notable en la lengua, paladar y más sensible en los labios frotados con la lengua” (M.P. XII, 1795, f. 218). A quina *amarilla* produziria uma tintura “en espíritu de vino delgada sin espuma”, e seu pó teria um “amarillo pajizo” (M.P. XII, 1795, f. 219). Por último, a quina branca, na observação da lente “presenta las fibrillas menos leñosas delgadas y más frágiles”; na infusão fria, produziria uma tintura mais carregada com muita espuma; mascada, seria muito mais amarga que as outras, fazendo que a saliva ficasse um pouco grossa e carregada de espuma, mas sem deixar na boca uma sensação seca; antes, ao contrário (M.P. XII, 1795, f. 221).

As características são estabelecidas em cima de resultados provocados por diversos tipos de alterações que podem ser observadas no estabelecimento da cor, da densidade e do sabor. Elas estariam, pois, constituindo um padrão de identidade para cada espécie de quina, que poderia ser verificado pela experimentação que era descrita minuciosamente.

Colocados as 12 características para cada quina, abre-se o tópico das virtudes particulares de cada espécie e a doenças a que cada uma pode ser aplicada. Aqui, fica evidente a formação médica do autor, sendo, que em vários momentos, o texto faz menção a sua experiência na prescrição, como na referência de que a quina branca “posteriormente la hemos administrado de varios modos y en grandes porciones hasta podernos asegurar de sus saludables operaciones” (M.P. XII, 1795, f. 228).

A partir dessa experiência, é explicitado que, distinguidas as espécies do remédio, é preciso recorrer a “observación y experiencia para reconocer en ellas sus peculiares eminentes virtudes por sus cualidades más sobresalientes” (M.P. XII, 1795, f. 221) A quina *anaranjada* teria sido a “espécie primitiva, la que sobresale entre las otras, por el carácter particular de ser eminentemente balsámica” (M.P. XII, 1795, f. 222). Teria sido o médico Ricardo Morton o primeiro a assinalar que essa quina atuava sobre o sistema nervoso (*ibidem*).

A quina *roja* teria a característica de ser “eminente adstringente”, atuando sobre as gangrenas e o sistema muscular (M.P. XII, 1795, f. 224). É

advertido que, ao ser confundida com a quina *anaranjada*, causava mal aos pacientes (M.P. XII, 1795, f. 225). A quina *amarilla*, ao atuar abrindo e fechando os “vasos mínimos” indica que atuava sobre a “masa de los humores y por consiguiente se extiende su eficacia a todas las calenturas continuas y remitentes y a muchas enfermedades crónicas” (M.P. XII, 1795, f. 226).¹¹ Segundo o artigo, da virtude purgante dessa espécie, tem surgido a crença errada de que toda quina recém-colhida é purgante. O autor, porém, afirma que “es necesario confesar que su virtud febrífuga es indirecta y mucho más débil que la naranjada” (M.P. XII, 1795, f. 227). Ela pode ser utilizada para tratar “calenturas, supuraciones, gangrenas y viruelas”, mas não alcançaria a eficácia da *roja* (M.P. XII, 1795, f. 228).

Para a quina *blanca*, o artigo considera que ela deve ser incluída entre *las oficinales*. Ela já foi administrada de vários modos e em grandes porções (M.P. XII, 1795, f. 228). De ação sobre as glândulas do corpo, teria “virtud directamente detersiva adelgazando y arrastrando las impurezas estancadas en las entrañas” (M.P. XII, 1795, f. 229). Assim como teria sido apontado pelo doutor Tothergill, com ela, se teriam melhores resultados que com remédios salinos no tratamento das escrófulas.

Temos aqui um texto pautado pela diferença quanto às características de cada quina e suas “virtudes” para tratar diversas doenças. Um serviriam para febres, outras como purgantes, outras para gangrenas. Daí, a necessidade de conhecê-las e diferenciá-las.

Ainda, há o esforço em separar as crenças que a prática da administração da quina tinha criado do que seria a comparação dos registros médicos em diversos casos, que apontariam para os efeitos específicos de cada quina no corpo humano e sua forma de aplicação. Como tinha colocado Ruiz López no seu tratado, existiam espécies diferentes de quininas e diferentes eram suas propriedades. Os usos medicinais, portanto, deviam ser diferentes, assim como suas formas de aplicação, medidas e procedimentos de manipulação.

O ponto seguinte é sobre a natureza geral da quina a partir de seus primeiros elementos. O autor adota uma definição geral: “la quina es em

¹¹ O artigo mostra a adesão que ainda os médicos mantinham em relação a “teoria” dos 4 humores que estariam associados as doenças: o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile negra. (FLECK, 2014, p.201)

nuestro dictamen um jabón vegetal de sustancia densa, viscosa y tenaz preparada por la naturaleza hasta cierto punto”, concludo que pode ser conservada em estado seco e cru por muitos anos (M.P. XII, 1795, f. 236). Afirma também que, para o exercício prático da medicina, é necessária a combinação dos primeiros elementos de cada planta. Mesmo assim, o texto reconhece que os ensaios químicos com a quina ainda não tinham determinado de que princípios pudessem derivar suas virtudes febrífugas e antissépticas. Na continuação, o artigo passa a descrever “ensaios”, que constituiriam métodos para diversas preparações da quina: *cerveza*, *vinagre*, *tisana*, *lavativas*, *elixir*, *purgantes*, “jarabes y *cerveza polycresta*”. Para cada uma dessas preparações, eram consignados os ingredientes (quina, água, mel, ruibarbo, *zarza parrilla*) para os passos de manipulação nos que se estipulam: medidas, produção de estados, tempo de duração de cada operação como a fervura e a fermentação, tipo de recipientes (garrafas, tonéis) e descrição da substância obtida.

A preparação mais simples e saudável é a quina fermentada, que produz um licor; por ser muito densa, precisa de muita água para produzir por fermentação: *cerveja*, *vinagre* e *tisana* de quina (M.P. XII, 1795, f. 238). Para a obtenção da *cerveja*, o pó deve ser fino, colocar mel de abelhas, de cana ou açúcar, água num tonel e depois, por decantação, colocar em garrafas “de modo que el licor salga claro y sin mescla del jugo disuelto” (M.P. XII, 1795, f. 239). Para o *vinagre*, a preparação básica deve ser deixada nos tonéis por quatro meses para passar da “*fermentación vinosa a la vinagrosa*”, e depois fazer a decantação (*ibidem*). A preparação para a *cerveja* e o *vinagre* é sempre a mesma para as quatro espécies de quina *oficinales*.

Para *tisanas*, a partir de uma massa, colocar em vasilhames vidrosos com tampa, com pouco líquido, fervendo durante três horas (M.P. XII, 1795, f. 239). Para as *lavativas*, a partir dos últimos sedimentos, colocar com mel e pouca água em outros recipiente, e ali “acaba de fermentar desatando-se finalmente todo el jugo virtual del remedio adherido al fuste o parte leñosa de la corteza” (*ibidem*). A medida seria uma xícara de “chocolate” para se colocar em água fervente, deixando depois repousar para adquirir o “temple” para administrar ao doente. (M.P. XII, 1795, f. 241).

Elixir, o mesmo procedimento da *tisana*, mas filtrando o líquido com um pano e depois com “papel de estroza”, para colocar em vidros bem tampados, devendo-se produzir, por essa, operação muito pouco licor (M.P. XII, 1795, f. 242). Para obter as quinas purgantes, devia-se ser utilizada a quina amarela, misturada com duas *onzas* de ruibarbo e duas de raiz de “xalapa” para uma libra de quina (M.P. XII, 1795, f. 243). Os xaropes deviam ser feitos com quina amarela e branca, a partir da base da *tisana*, e filtrar, produzindo um líquido “sumamente cargado para reducirlo a la forma de jarabe con la porción correspondiente de azúcar” (M.P. XII, 1795, f. 244). Para a obtenção de “cerveza polycresta”, combinar a cerveja com *zarza parrilla* e quina *roja* “por cada cuatro onzas de la dicha quina, doble porción de la zarza reducida a polvo” (M.P. XII, 1795, f. 245).

Nessa parte, as experiências relatadas no texto ainda eram devedoras das práticas médicas e das boticas do século XVIII; por exemplo, para as medições, estabelece-se uma “xícara de chocolate”, algo que estaria mais para uma receita culinária que para um protocolo de manipulação.

Trás a transcrição destes detalhadas “protocolos de bancada” (como diríamos hoje) para a produção da tisana, da cerveja, do elixir, é possível textualmente apontar para camadas de “receitas” silenciadas pela autoridade do “sábio Mutis” ou para relatos orais transmitidos e transformados de diversos procedimentos de tratamento da *cascarilla* para o uso curativo, que se remontariam à época pre-hispanica. Eles ficariam na sombra do “informe científico” e sua legitimidade empírica, registrada nas páginas do *Mercurio Peruano*, mas que como aponta Stam, para a circulação nos gêneros discursivos, comporiam o substrato do texto. (STAM, 2006, P.24).

O artigo é finalizado, então, com o que seria uma “ficha” das diversas nomenclaturas pertinentes a quina:

En la botánica chinchona: Lancifolia: oblongifolia: cordifolia: ovalifolia; [...] Quina. Hoja de Lanza; Hoja oblonga; Hoja de corazón; Hoja oval. En el comercio: naranjada, roja, amarilla, blanca. Primitiva. Sucedánea. Sustituida. Forastera [...]; En la medicina: Amargo. Aromático. Austero. Puro. Acerbo. balsámica. Astringente. Acibarada. Jabonosa. Antipirética. antiséptica. Catártica. Rhyctica. antídoto. Polycresta. Ecphractica. Prophylactica. Nervina. Muscular. Humoral.

Visceral. Febrífuga. Indirectamente Febrífugas. (M.P. XII, 1795, f. 246).

Considerações finais

Começamos este artigo fazendo referência a uma publicação acadêmica da universidade de Loja no Equador que dava conta do aumento durante 2020 do consumo de quina para o tratamento do COVID 19, seguindo a tendência dos que acreditavam que a administração da Hidroxocloroquina era eficaz para enfrentar o espalhamento do SARS-CoV2. Este texto ao ir para a Lima do final do século XVIII, localizou em relação as propriedades curativas da quina, a tensão entre as práticas terapêuticas e a ciência da época que ao estabelecer classificações marcava limites para seu uso. Esta tensão manteve-se no século XIX, quando foi separado o princípio ativo, impacto o mercado que o controle sobre a febre amarela abriu no marco da expansão colonial nos trópicos e chegou até o século XXI no quadro inédito da pandemia.

No corpo do texto foi seguido o fio condutor do periódico limenho *Mercurio Peruano*, um dos primeiros jornais americanos que chegou a tratar durante sua existência editorial, de conhecimentos gerais e em particular do leque da história natural que nas suas páginas era aberto para os leitores. Auxiliados de Robert Estamp, que tem refletido em torno da intertextualidade entre diversos tipos de produção artística e intelectual, entendemos aqui que o *Mercurio Peruano* através de sua plasticidade para admitir um amplo leque de temas e de suas estratégias para cumprir um papel pedagógico perante seus leitores, propicio um espaço caracterizado pela polifonia tanto dos enunciados presentes como dos evocados, reinterpretados ou silenciados.

A seleção de matérias do periódico permitiu acompanhar os empenhos dos estudiosos desse momento em estabelecer as classificações da quina e identificar suas propriedades como parte de um programa de produção e divulgação de conhecimento científico, incentivado pelo reformismo iluminista dos Bourbon. Foram seguidas as descrições de quatro espécies de quina identificadas por Jose Celestino Mutis, trazendo os registros feitos dos

detalhados experimentos realizados para identificar as propriedades de cada uma, os produtos que podiam ser extraídos e seu uso no tratamento de diferentes sintomas. Apontamos para o silenciamento nos textos de Mutis e dos diversos autores que se feriram à cascarilla desde o século XVII, da origem do conhecimento pre-hispânico sobre suas características curativas o mesmo que dos diversos procedimentos e formas de uso para atender a diferentes doenças. Afirmamos aqui também que o *Mercurio Peruano* na sua fascinação pela botânica moderna deixou de fora uma longa linhagem de saberes nativos que foram confinados ao marginal, ao anedótico.

Os protocolos do Mutis incluídos no *Mercurio Peruano* apontam para uma produção de conhecimento já definido pelo peso do empírico. Os protocolos localizam o trabalho na controvérsia criada em torno das classificações dos diversos tipos de *chinchona* existente nos vice-reinados de Nueva Granada e do Peru, num momento em que a quina mostrava peso econômico para as receitas dos vice-reinados. As classificações e seus debates traziam para os projetos botânicos da América do Sul a possibilidade de se exercitar no método classificatório e contribuir com propriedade em algo que, na Europa, ganhava atenção, visibilidade e possibilidade de reconhecimento. A formulação das classificações e sua divulgação entre estudiosos e leigos ilustrados, apontava não somente para a riqueza americana, mas para a possibilidade dos botânicos da América (espanhóis, peruanos, novo granadinos) atuar dentro da produção de história natural com competência e, por meio dela, tirar a América de sua posição infantil com respeito ao Velho Mundo. Finalmente, o âmbito das classificações se mostrava como um campo de saber que pouco tinha de ingênuo ou descolado da competição capitalista do final do século XVIII no contexto dos novos interesses do colonialismo.

Referencias

CLÉMENT, Jean-Pierre. **El Mercurio Peruano, 1790-1795**. Frankfurt; Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. 2 v.

CÓRDOVA AGUILAR, Hildegardo. **La percepción geográfica del Perú entre 1790 y 1880**. Lima, BIRA 20, 1993.

CUNHA, Sharley. **O Mercurio Peruano (1791-1795):** Ilustração em Lima, Sentimento Criollo e Conhecimento Útil. (Dissertação de mestrado). PUC-SP, 2021.

FLECK, Eliane. **Entre a caridade e as ciência:** a prática missionária e científica da Companhia de Jesus, São Leopoldo, Oikos, Editora Unisinos, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GUIBOVICH PÉREZ, Pedro. Alcances y límites de un proyecto ilustrado: la Sociedad de Amantes del País y el Mercurio Peruano. **Histórica**, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 45-66, mar. 2005. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/historica/article/view/1277>. Acesso em: 30 jun. 2021.

HUAMÁN, Lizeth; ALBÁN, Joaquina; CHILQUILLO, Eder. Aspectos taxonómicos y avances en el conocimiento del estado actual del árbol de la quina (*Cinchona officinalis* L.) En el norte de Perú. **Ecología Aplicada**, [s.l.], v. 18, n. 2., p. 145-153, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21704/rea.v18i2.1333>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MEDINA RODRÍGUEZ, Francisco M. D. Cartas al Director. Precisiones sobre la historia de la quina. **Reumatología Clínica**, México D.F., v. 3, n. 4, p. 196, 2007. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1699-258X\(07\)73622-7](https://doi.org/10.1016/S1699-258X(07)73622-7). Acesso em: 27 maio 2021.

MERCURIO PERUANO DE HISTORIA, LITERATURA, Y NOTICIAS PÚBLICAS QUE DA À LUZ LA SOCIEDAD ACADÉMICA DE AMANTES DE LIMA. Lima: Imprenta Real de los Niños Huérfanos, [1790-1795]. 12 t.

NIETO OLARTE, Mauricio. Historia Natural y la apropiación del Nuevo Mundo en la Ilustración española. **Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines**, v. 32, n. 3, p. 417-429, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/bifea.6049>. Acesso em: 30 jun. 2021.

OLIVEIRA, Flávia P. G. A cognição do mundo natural americano em Milícia y Descripción de las Indias, de Bernardo de Vargas Machuca. In: ALVIM, Márcia Helena. (org.). **Conhecimento, cultura e circulação de ideias.** Santo André: UFABC, 2014.

POUPENEY HART, Catherine. Prensa periódica y letras coloniales. **Tinkuy: Boletín de Investigación y Debate**, n. 14, p. 13, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3296406>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PUCHA-COFREP, Darwin Alexander; RODRIGUEZ OVIEDO, Jennifer Alexandra; REY JUMBO, Yessica Lisbeth; MACAS, María Fernanda; AGUINSACA GOMEZ, Fanny Mireya; CHOCHO TAPIA, Ana Belen. El consumo de *Cinchona officinalis* durante la emergencia sanitaria COVID-19 en la provincia de Loja Ecuador. **Bosques Latitud Cero**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 161-174, 2020.

PUIG-SAMPER, Miguel Ángel. Las expediciones científicas españolas en el siglo XVIII. **Canelobre: Revista del Instituto Alicantino de Cultura Juan**

Gil-Albert, Madrid, España, n. 57, p. 20-41, 2011. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4098632>. Acesso em: 30
jun. 2021.

RUIZ LÓPEZ, Hipolito. **Quinología o Tratado del árbol de la quina o cascarilla, con su descripción y la de otras especies de quinos nuevamente descubiertas en el Perú, del modo de beneficiarla, de su elección, comercio, virtudes, y extracto elaborado con cortezas recientes Madrid**, En la Oficina de la Viuda é hijo de Marín, 1792.
<http://www.cervantesvirtual.com/obra/quinologia-o-tratado-del-arbol-de-la-quina-o-cascarilla-con-su-descripcion-y-la-de-otras-especies-de-quinos-nuevamente-descubiertas-en-el-peru-del-modo-de-beneficiarla-de-su-eleccion-comercio-virtudes-y-extracto-elaborado-con-cortezas-recientes/>.

SANTANA, Christine Arndt de. A efervescência das ideias pedagógicas na Ilustração: o verbete “educação” da enciclopédia. **Prometeus**, [s.l.], n. 26, p. 67-80, 2018.

STAM, Robert. Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade, **Ilha do Desterro**, nº 51 p. 019- 053 jul./dez. 2006

Recebido em Setembro de 2021
Aprovado em Janeiro de 2022